



Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Apropriação do microcrédito rural no Nordeste brasileiro: o papel dos animais no sistema produtivo e econômico das famílias no agreste pernambucano¹

Appropriation of rural microcredit in Brazilian Northeast: the function of animals in the production and economic system of families in a region at Pernambuco state

Cristiano Desconsi²

Daniela A. Pacífico³

Resumo

Esse artigo tem como objetivo analisar o processo pelo qual os agricultores familiares da região Nordeste se apropriam do microcrédito rural (Pronaf B). Para tal, busca-se compreender os distintos cálculos presentes, respectivamente, na apropriação e na operacionalização da política pública, a partir do estudo de vinte e cinco casos no agreste pernambucano. Analisam-se os projetos de financiamento e neles o papel dos animais nas economias familiares. A abordagem antropológica utilizada para a análise do microcrédito rural — atenta às estratégias de apropriação dos agricultores, e aos cálculos nelas implícitas — permite ir além dos parâmetros convencionais de análise e com isso compreender como tal política pública tem sido incorporada na lógica de reprodução da agricultura familiar no Nordeste, fortalecendo-a.

Palavras-chave: antropologia econômica; agricultores familiares; Pronaf.

¹ Os dados utilizados nesse artigo foram coletados pelo primeiro autor, durante consultoria realizada para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) entre os anos de 2009 e 2011.

² Sociólogo, doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). E-mail: crdesconsi@gmail.com.

³ Socióloga, doutora pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: danipacifico@gmail.com.

Abstract

This article has the goal to analyze the process by family farmers in Brazilian northeast have been appropriated the rural microcredit (Pronaf B). To this, we want to understand the different calculations present, respectively, in the ownership and operation of public policy, from the study of twenty-five cases in a region at Pernambuco state, Brazil. In these analysis, take the projects for farm loan and the function that livestock perform in the families' economies. The anthropological approach used to analyze the rural microcredit –attentive to the strategies of appropriation of farmers and the calculations implicit in them allowed us to go beyond the conventional analysis parameters and to understand how this public policy has incorporated in the logic of family farming reproduction in the Brazilian Northeast, strengthening this one.

Keywords: *economic anthropology; family farmers; Pronaf.*

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre como os agricultores familiares da região Nordeste compreendem e fazem uso do microcrédito rural em suas práticas produtivas. O Pronaf B, hoje também chamado de microcrédito rural, é uma linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que financia atividades produtivas dos agricultores familiares classificados como pobres⁴. Tal linha de crédito foi produto de reivindicações dos movimentos sociais, especialmente do Nordeste brasileiro, que reclamaram maior participação na política agrícola nas décadas de 1990 e 2000, assim como acesso a financiamento adequado à realidade nordestina.

⁴ A definição de pobreza para fins da política de crédito observa o critério renda, que, nesse caso, é o somatório de tudo o que foi produzido durante o último ano agrícola. O(a) agricultor(a) declara essa informação no momento da emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf. Para acessar o financiamento do microcrédito no ano agrícola 2012/13, a renda não devia ultrapassar R\$ 20.000,00 por ano. Esse valor serve de base para classificar o agricultor como “agricultor familiar do grupo B”, “agricultor familiar pobre”, “agricultor familiar de baixa renda” (DEL GROSSI, 2012).

Na perspectiva de incluir os agricultores de menor renda na política pública, essa linha de crédito foi desburocratizada por meio de duas estratégias principais: i) foi retirada a necessidade de garantias (expressas principalmente no aval) por parte dos agricultores familiares — a União passou a assumir o risco dos empréstimos perante o banco; ii) a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) passou a ser o documento exigido para comprovação de vínculo com a terra e prática de atividades agropecuárias (MENDONÇA, 2008). No ano agrícola 2012/13, o microcrédito rural concedeu empréstimos de até R\$ 3.500,00, com rebate de 25%, sobre o valor das parcelas do financiamento.

Os dados do Pronaf do ano agrícola 2012/13 mostram que o microcrédito rural foi responsável por quase 90% dos empréstimos concedidos aos agricultores familiares da região Nordeste. No mesmo ano, cerca de 800 mil famílias acessaram o Pronaf B, com um volume total de R\$ 2,2 milhões (MDA, 2013). Em função da sua abrangência, ele tem sido também objeto de frequentes avaliações por parte de gestores governamentais, que têm visado mensurar os impactos do programa junto aos agricultores familiares. Tais avaliações geralmente têm feito uso de determinadas concepções e métodos que, em última instância, tendem a destacar o aumento da renda monetária mensurável, a partir de alguns produtos agropecuários específicos.

No âmbito de avaliações dessa natureza, pode-se dizer que tem sido consolidada uma maneira economicista e produtivista de avaliar o Pronaf B e que, por sua vez, tem fornecido argumento aos especialistas contrários à concessão de financiamento para os agricultores familiares de baixa renda. Em nível de exemplo, são dois os principais argumentos contrários aos financiamentos e que expressam parte do debate: (i) a inviabilidade da concessão de financiamento para os agricultores familiares pobres, que devido às suas condições produtivas precarizadas

são classificados, quase sempre, como clientes de alto risco, no qual o sucesso ou insucesso é medido a partir dos índices de inadimplência verificados no conjunto total dos financiamentos; (ii) os financiamentos não estariam apoiando a diversificação das atividades produtivas das famílias que acessam o microcrédito rural. Para esta afirmação, tem sido observada a predominância de projetos financiados destinados à atividade pecuária, nos registros do Banco do Nordeste do Brasil⁵, pouco considerando a complexidade das apropriações do microcrédito rural.

Esses argumentos são produtos de formas de pensar e agir de determinados agentes, configuradas em modos de calcular, mensurar, avaliar e classificar (WEBER, 2002; DUFY; WEBER, 2007). Contudo, elas não são, necessariamente, as mesmas quando se dá atenção aos próprios agricultores beneficiários do Pronaf B. Nesse artigo, buscar-se-á analisar algumas dimensões das práticas econômicas⁶ dos agricultores beneficiários, dando atenção às formas com as quais o Pronaf B passou a integrá-las. Com isso é possível relacionar distintas percepções sobre a condução das atividades produtivas (dos agricultores e dos agentes mediadores do Pronaf B) que, de alguma maneira, comportam diferentes racionalidades. Para analisar tais racionalidades, têm-se então de um lado, os agentes (podendo ser resumidos em ‘os técnicos’ e

⁵Na região Nordeste, 80% dos financiamentos do microcrédito rural são registrados como atividade pecuária, em que a bovinocultura lidera com 57% dos projetos, seguida de projetos de suíno, 12%, ovino, 10%, caprino, 8%, e demais criações, 13% (BNB, 2015).

⁶ Com base em Bourdieu (1977; 2009), utilizamos a noção de “práticas econômicas” para dar conta de diferentes procedimentos e formas de lidar com a produção, circulação e consumo de bens e serviços dos agentes sociais, distinguindo assim das concepções canônicas sobre o “econômico”, construídas pela Ciência Econômica Clássica.

‘os assessores dos bancos’) e as normas operacionais do microcrédito, e do outro, os agricultores familiares, seus cálculos⁷ e suas estratégias⁸.

Na perspectiva de analisar os efeitos das políticas públicas para os agricultores familiares, utiliza-se uma *démarche*, desenvolvida pela antropologia ou etnografia econômica⁹, e alguns estudos sobre o campesinato do Nordeste brasileiro¹⁰. Será a partir desse ponto, portanto, que se buscará entender como ocorre a apropriação da política pública de microcrédito rural e quais os seus efeitos nas estratégias de reprodução familiar.

Os dados empíricos são o fio condutor da análise, porém, a primeira opção foi a de não homogeneizar o vocabulário utilizado, permitindo que as partes se expressem¹¹. Desse modo, duas unidades são centrais: “financiamento de investimento pecuário” — termo técnico utilizado pelos assessores de crédito — e “projeto para criação” — denominação comum entre os agricultores tomadores de financiamento.

⁷ A referência aos cálculos se inspira em Dufy e Weber (2007, p. 23), para as quais a Antropologia “Econômica” se interessa pelas diferenças entre os cálculos efetuados pelos economistas e os efetuados pelos “nativos”. Nesses termos, o cálculo é compreendido pela prática social — a partir de suas maneiras de fazê-lo — e uma técnica cognitiva — a partir das formas de pensar dos agentes.

⁸ A noção de estratégia permite analisar as práticas de um determinado agente diante das condições de possibilidade produzidas pela dinâmica dos agentes em jogo no espaço social. As estratégias dos agentes são geradas a partir de suas disposições incorporadas (*habitus*), produzidas ao longo de suas experiências de vida (BOURDIEU, 2009).

⁹ As distintas abordagens e discussões da antropologia da economia foram sistematizadas em Dufy; Weber (2007).

¹⁰ A citar especialmente Heredia (1979); Garcia Jr (1983; 1989) e Garcia-Parpet (2008).

¹¹ A reflexão sobre os significados das expressões utilizadas pelos diversos agentes associadas as suas práticas é um dos recursos primordiais da etnografia (DUFY; WEBER, 2007, p.5). Faz-se uso desse dispositivo nas seções que seguem.

A pesquisa foi realizada em municípios que apresentavam o maior crescimento do número de financiamentos do microcrédito rural do estado de Pernambuco, entre 2009 e 2011, a saber: Passira, Salgadinho, Brejo da Madre de Deus, Bom Conselho e Águas Belas. Em cada um desses municípios foram contatados os principais agentes envolvidos na concessão do microcrédito rural, como os representantes de sindicatos de trabalhadores rurais, assessores de crédito, técnicos da assistência técnica e extensão rural, gerentes das agências bancárias, representantes de associações de agricultores e outros, com o intuito de conhecer diferentes versões sobre a operacionalização do Pronaf. Em seguida, a partir da lista de beneficiários do microcrédito rural fornecidas pelas agências locais do Banco do Nordeste, foram selecionadas em cada município, aleatoriamente, cinco famílias, as quais foram visitadas pelo pesquisador, contando com a mediação do(a) técnico(a) responsável pelo atendimento ao(a) beneficiário(a).

Para o levantamento dos dados, foi utilizado um questionário semiestruturado, composto por questões articuladas em três eixos: i) as estratégias produtivas adotadas; ii) a dinâmica dos membros na família entre a casa e a produção; iii) a apropriação do microcrédito na economia familiar. As entrevistas duraram entre uma hora e uma hora e meia e envolveram um ou mais membros da família, assim como pequenas caminhadas pelo quintal e/ou áreas de terra em uso (DESCONSI, 2012).

Algumas implicações do método devem ser consideradas, muito embora elas não comprometam a qualidade dos dados: (i) no primeiro momento, alguns agricultores chegaram a confundir a pesquisa com uma fiscalização bancária — principalmente nos casos em que a relação com o técnico havia sido inaugurada a menos de um ano — o que logo foi esclarecido; (ii) para fins da pesquisa o autor apresentou-se como

integrante da equipe da unidade do MDA do estado de Pernambuco, a qual já era conhecida de muitos agricultores desses municípios pela sua presença em outros eventos relacionados à agricultura familiar; (iii) a visita não causou estranhamento nas famílias que tinham boa relação com o mediador¹².

O artigo está organizado em sete seções e constitui-se em duas partes. Na primeira parte, seções 1 e 2, apresenta-se como o debate sobre a concessão de financiamento aos agricultores familiares pobres é uma forma atualizada de uma longa discussão sobre o reconhecimento deles como agentes sociais e econômicos no desenvolvimento brasileiro. A partir disso, propõe-se um olhar antropológico para analisar a forma de calcular dos agentes que está implícita nas planilhas bancárias utilizadas para a concessão dos “financiamentos de investimento pecuário”. Na segunda parte, seções de 3 a 7, são analisados os “projetos para criação”, visando apresentar as dimensões que extrapolam o produtivo e que compõem a forma de planejar e de se apropriar do financiamento, que também não são homogêneas. Essa chave permite avaliar as diferentes apropriações dos financiamentos para a compra de animais. Destaque-se, portanto, o fato de que a concessão do financiamento é o que constrói a relação entre os agricultores e os agentes que, por sua vez, é composta por duas formas distintas de calcular e de pensar as atividades produtivas — estas convergem e divergem em vários momentos.

¹² Essa observação evidencia a relação entre os bancos, que historicamente trataram os agricultores familiares com certa desconfiança, agindo como se fosse necessário vigiar o bom uso do recurso que foi emprestado para garantir o retorno. Essa relação não está de todo superada nos dias de hoje, muito embora os dados obtidos para fins desse trabalho indiquem que o microcrédito rural está sendo central para reposicionar essa relação sobre bases ao menos mais respeitadas.

2. Um olhar antropológico para pensar o econômico

Depois da década de 1950 emergiram estudos, em vários países, que tentaram compreender as racionalidades das distintas economias — das economias ditas como “primitivas”, “não capitalistas”, “camponesas” — de modo a relativizar a universalidade das categorias econômicas clássicas (POLANYI, 1957; GODELIER, 1965). Dentre outros temas esses estudos permitiram questionar a visão única que vinha acompanhando os projetos de intervenção que propunham modernizar a agricultura e que consideraram irracionais as práticas de muitos grupos sociais em várias partes do mundo (BOURDIEU, 1977). Na perspectiva da modernização desses projetos estava circunscrita a incorporação dos grupos sociais do meio rural considerados como “atrasados” ou “primitivos”. A modernização impunha a adoção de uma “racionalidade econômica” universal (BOURDIEU, 1977; 1997). E, historicamente, dentre as políticas públicas mais conhecidas no Brasil e no mundo, o crédito rural pode ser considerado a principal política de modernização.

Paralelamente, e nas décadas seguintes, surgiram estudos sobre o campesinato e/ou grupos sociais do meio rural brasileiro. Uma parte desses estudos estava interessada em analisar a organização das formas familiares de produção, tornando evidente uma diversidade de práticas econômicas marcadas pelo predomínio das relações sociais e, sobretudo, a relação de parentesco como unidade definidora das relações econômicas (HEREDIA, 1979; GARCIA Jr, 1983). Ao longo das décadas, outros tantos estudos demonstraram que a relação com o mercado capitalista varia de acordo com as especificidades históricas que iluminaram as relações econômicas e as relações de dominação nos diferentes contextos (GARCIA-PAPERT, 2008). Nessa direção, foi desenvolvida uma série de pesquisas — o destaque aqui é para aquelas

realizadas no Nordeste — que se comprometeram em compreender os grupos sociais marginais e/ou subordinados, para demonstrar a efetiva participação deles como agentes sociais e econômicos (GARCIA Jr.; HEREDIA, 2009).

O empenho desse debate — associado à mobilização social no meio rural — possibilitou um processo de visibilidade desses agricultores, sitiantes, trabalhadores rurais e outros, os quais, em grande parte, foram agrupados na categoria agricultor familiar, na década de 1990¹³. Segundo Garcia Jr. e Heredia (idem), a generalização dessa categoria se ampliou com a criação da política de crédito do Pronaf, a partir de 1995, e marcou o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, da diversidade de atores do mundo rural.

Nesse reconhecimento da diversidade do mundo rural, houve a preocupação de diferenciar as políticas públicas (especialmente as de crédito) para uma parte dos agricultores familiares (ABRAMOVAY, 1992), segundo uma classificação de renda (DEL GROSSI, 2012). Isso permitiu criar categorias normativas, visando tratamento distinto das políticas de crédito para uma parte importante dos atores do mundo rural. Assim, surgiram linhas de crédito específicas dentro da política agrícola já existente, objetivando, sobretudo, atender a uma camada social até então desprovida do acesso ao crédito rural.

Vencida essa primeira etapa, de reconhecimento e de inclusão dos agricultores como público da política agrícola brasileira, novas etapas do debate e da formulação de políticas seguiram. Os atuais questionamentos sobre a eficiência do microcrédito rural carregam pressupostos da Ciência Econômica Clássica, que perpassam todo o processo de concessão do financiamento, estabelecendo padrões de

¹³ São referenciais importantes na demarcação da categoria agricultor familiar os trabalhos de Abramovay (1992) e Wanderley (1994).

cálculo e planejamento e que também constroem modelos de incentivo às atividades agropecuárias.

Ao considerar que os financiamentos não estariam promovendo mudanças na base produtiva e aumento de renda monetária das famílias, esses agentes também parecem questionar a participação dos agricultores familiares pobres na própria política agrícola brasileira¹⁴ e, dessa maneira, retomam uma antiga discussão, já há muito pautada entre os profissionais e estudiosos dedicados à agricultura e ao campesinato no Brasil.

Nesse contexto, a ampliação das políticas públicas para a agricultura familiar colocou em evidência a importância de aprimorar as formas de avaliação ou de apurar possíveis impactos junto ao público beneficiário, especialmente as de caráter qualitativo, de modo a enriquecer e dialogar com as análises quantitativas que predominam nessa área.

O desafio é examinar a confluência entre as economias domésticas e as políticas públicas que incidem diretamente sobre elas, nesse caso em particular, o financiamento do Pronaf e as economias dos agricultores familiares. Com base em Weber (2002), pode-se dizer que isso é possível colocando em evidência as formas “nativas” de calcular, ordenar e mensurar que constituem as práticas econômicas dos agentes (agricultores familiares), para então examinar as formas como uma política pública é apropriada pelos agentes. Isso pode ocorrer quando o centro da análise são as práticas e as percepções (como os agentes agem e interpretam suas ações), nos próprios termos, sem partir de pressupostos ou julgamentos. Tal procedimento permite evidenciar

¹⁴ Para ilustrar, ver as publicações de CGEE (2013), Alves e Rocha (2010).

dimensões que dificilmente são apreendidas por estudos desenvolvidos a partir de modelos clássicos (DUFY; WEBER, 2007).

A próxima seção detalha o cálculo presente nos instrumentos normativos e operacionais do crédito rural — que, por sua vez, são incorporados pelos agentes envolvidos diretamente na concessão do crédito.

3. As planilhas bancárias como uma forma de calcular

O crédito rural do Pronaf, e por consequência o microcrédito rural, tem como unidade de intervenção a “unidade familiar de produção”¹⁵. Há problemas de compreensão e limitações no seu uso, especialmente pelos pressupostos de homogeneidade, de harmonia entre os membros e, por fim, da associação direta entre uma família e um estabelecimento rural, ou uma área em uso, e um título da terra. Uma unidade de intervenção pode desconsiderar, por vezes, diferentes posições dos membros do grupo familiar (que implicam conflitos e relações de poder) ou, ainda, que mesmo as estratégias de produção não se limitam a uma parcela de terra fixa.

Do mesmo modo, existem concepções que estabelecem parâmetros de inserção econômica e produtiva que classificam o contingente de mais de dois milhões de unidades familiares de produção como de “subsistência”, “sem renda” ou “pobres” (DEL GROSSI, 2010; 2012). Isso tem levado alguns setores do governo federal a crer que

¹⁵ Nessa seção, utilizaremos o destaque entre aspas para os termos usados recorrentemente na operacionalização do crédito rural, visto que eles possuem sentido e carregam consigo determinados pressupostos, por vezes normatizados, por vezes cristalizados — que de alguma maneira acaba sendo uma normatização, mas uma normatização que excede os parâmetros da própria norma. A cristalização permite, também, uma reinterpretação da própria norma.

parte importante dos agricultores familiares brasileiros não deveria estar dentre o público das políticas de crédito rural. Tal visão parece continuar negando o reconhecimento desses agricultores como agentes econômicos.

Igualmente, o modelo operacional do crédito rural do Pronaf apresenta várias limitações que se manifestam na tensão entre o modelo técnico-econômico — que opera segundo os pressupostos da economia clássica — e a complexidade das relações sociais da unidade de intervenção. Cabe mencionar que o Pronaf foi criado com base no mesmo marco legal e operativo do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que no Brasil, desde seu surgimento, funcionou sob a égide do apoio financeiro a determinados produtos agrícolas. Geralmente, tais produtos eram os de maior relevância na economia nacional, como a cana-de-açúcar, o café, o algodão, a soja, entre outros (BASTOS, 2006).

Dessa maneira, apesar dos avanços do Pronaf — e seus ajustes de modo a dar conta dos agricultores familiares nas décadas recentes —, ainda existem os resquícios históricos desse modelo do SNCR sobre o Pronaf (*path dependence*). Um desses resquícios é o modelo de financiamento que se baseia em “produto”, e que, em alguma medida, privilegia os produtos das cadeias produtivas predominantes. Obviamente que não se restringem a eles. Todavia, os demais são classificados como “produtos secundários”, de “subsistência” — que não geram renda monetária, e que, portanto, não são relevantes.

O SNCR define os financiamentos para as “unidades de produção”. Na unidade de produção estão os “fatores de produção” — terra, capital e trabalho. Estes fatores são ainda subclassificados em “custos de produção”, divididos entre “custos fixos” e “custos variáveis”. Os custos fixos são considerados como patrimônio, a exemplo da terra, das máquinas, dos equipamentos e dos animais. Os custos variáveis são

os insumos, os serviços contratados e exercidos pelos membros da família (mão de obra), necessários ao desenvolvimento do ciclo produtivo de um produto agrícola ou pecuário. O resultado monetário (sua mensuração pelos preços de mercado) oriundo do processamento e venda de produtos na aplicação dos fatores de produção gera o “valor bruto da produção”. A diferença desse último em relação aos custos de produção resulta na “renda líquida”. A renda gerada na unidade de produção é a que é considerada como passível de ser utilizada para a “manutenção familiar”, ou da “unidade de consumo”, na qual entram as despesas relacionadas à reprodução familiar (DESCONSI, 2012).

Essa síntese serve para demarcar o prisma da forma de calcular inerente ao sistema bancário e como ele considera a unidade de produção e a unidade de consumo. Tal separação em si não é um problema, tendo em vista que ela dá base para os cálculos econômicos que visam equilibrar as possibilidades de produção com as necessidades de consumo do grupo familiar.

A limitação se coloca quando o ato de financiar determinado produto traz consigo certas classificações dos produtos agropecuários considerados mais importantes dentro das unidades de produção, a partir do critério do volume produzido ou da possibilidade de geração de dinheiro.

Em consequência, há uma tendência em classificar todos os demais produtos, com os quais uma família trabalha, como secundários ou de subsistência, arbitrando os limites entre a unidade de produção e a de consumo. Da mesma forma, os produtos considerados secundários, ou de subsistência, passam a ser classificados pelos técnicos como parte da unidade de consumo, logo, nem sempre poderiam ser objeto de um financiamento à unidade de produção. Em última instância está em

disputa um sistema de classificação¹⁶ do que é produção e do que é consumo.

No processo de operacionalização do crédito rural do Pronaf é elaborado um “projeto” que leva em consideração que determinado valor emprestado irá permitir o aumento da produtividade e, assim, aumento da renda, possibilitando o reembolso do valor ao banco. Os registros das operações de crédito no sistema bancário indicam as finalidades, os itens financiados e a expectativa de renda a ser gerada em perspectiva futura.

Esses mecanismos inscritos são os que dão base aos processos de fiscalização do crédito. O não cumprimento do que está estabelecido nos registros bancários configura-se como “desvio”, “má aplicação”, “inviabilidade”¹⁷. Dentre outras coisas, os fiscais observam o financiamento por produto e carregam consigo as formas de classificação das atividades desenvolvidas, das técnicas e das práticas de produção, que muitas vezes não condizem com a realidade e as percepções dos agricultores (DESCONSI, 2012).

Por exemplo, quando o financiamento é para “pecuária de corte”, na qual o item financiado é um animal, o projeto pode ser classificado de duas maneiras: i) como “investimento”, no qual o animal é considerado

¹⁶ Bourdieu apropriou-se das formulações sobre os sistemas de classificação presentes na obra de Émile Durkheim e passou a considerar a capacidade de classificar ou de impor um dado sistema classificatório — que pode envolver a mensuração, o ordenamento, a nomeação — dentro do campo de luta dos agentes (2009).

¹⁷Entender as dinâmicas dos agricultores familiares permite evitar generalizações sobre o que se entende por desvio do crédito. Sobretudo, há uma tendência de se colocar no mesmo plano situações geradas por quadrilhas organizadas e situações nas quais o que se entende por “desvio do crédito” são, na verdade, estratégias de gestão dos recursos dos empréstimos utilizadas pelos beneficiários, que por vezes divergem do estabelecido nas planilhas da operação de crédito e da racionalidade que constitui as regras oficiais do sistema financeiro.

investimento — uma vez que ele é mantido ao longo do processo produtivo e reprodutivo; ii) como “custeio”, no qual o animal é considerado insumo — uma vez ele é criado durante um período determinado e posteriormente vendido, por exemplo: criação de pintinhos e posteriormente a venda de frangos; engorda de garrotes e etc.

Está implícito nesse modelo um cálculo bancário baseado em um único produto, que, em geral, não considera as interrelações entre os vários produtos produzidos pela família. Está presente uma forma de perceber a condução das práticas e das técnicas referentes a cada uma das atividades ou produtos produzidos.

Muitos dos desentendimentos gerados em torno do crédito rural, entre os técnicos dos bancos, empresas de assistência técnica e agricultores, estão em torno das diferentes percepções acerca da condução das atividades econômicas, o que analisaremos em maior profundidade nas seções seguintes. Buscar-se-á compreender os significados que têm as “criações” dentro da organização econômica dos grupos familiares, observando: i) a sua relação com outros produtos; ii) as maneiras como os agricultores classificam e consideram as criações dentro de um cálculo da unidade de produção e de consumo — elementos inspirados nos trabalhos de Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983).¹⁸

¹⁸ Os dados analisados neste artigo foram coletados no estado de Pernambuco, e por isso há possibilidade de aproximar ainda mais o diálogo com esses autores, pois as condições do grupo estudado pelos mesmos e os casos aqui analisados são similares.

4. O gado como meio para “aumentar o chão”¹⁹

Os trabalhos de Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983) já haviam identificado os mecanismos de formação de reserva a partir dos animais, “das criações”, e explicado como elas compunham o cálculo dos pequenos produtores do estado de Pernambuco, nas décadas de 1970 e 1980. Anos mais tarde, Caron e Sabourin (2003) também analisaram os sistemas produtivos desses agricultores e, por sua vez, ampliaram os estudos para o sertão nordestino como um todo. A “criação” (nos termos locais), especialmente a bovinocultura, em ambos os trabalhos, se constitui como o principal mecanismo de reserva econômica dos agricultores.

Os dados coletados em campo, das famílias que acessaram o microcrédito rural, apontaram também nessa direção. No entanto, o diferencial do tempo recente é o próprio contexto dos estados do Nordeste, onde o acesso ao crédito se expandiu consideravelmente a partir dos anos 2000 e, um de seus efeitos, foi o aumento dos bovinos em toda a região. Nesse sentido, essa seção se propõe a discutir como os beneficiários incorporam o crédito rural nas suas lógicas sociais e econômicas e qual a relação entre a prioridade dada ao financiamento para compra de animais e as formas como eles compreendem os animais nas suas estratégias de reprodução.

Segundo Heredia (1979, p. 140), o mecanismo de constituição de reserva econômica — via a criação de animais — apresenta um paradoxo, que pode ser resumido em: para comprar uma terra (‘aumentar o chão’) é preciso ter reserva; para ter reserva é preciso ter animais; para ter animais é preciso ter terra para criá-los. Se, por um

¹⁹ Nas próximas seções utiliza-se entre aspas as palavras e/ou as expressões utilizadas pelos agricultores no momento em que se referem às suas estratégias de produção e financiamento.

lado, a criação é o principal mecanismo para a geração dessa reserva, por outro, existe a necessidade de uma determinada área de terra para manter os animais (que antecede a própria existência da reserva). Por sua vez, os animais concorrem com outros produtos agrícolas. Nos casos analisados, constata-se que todos os beneficiários empreendem um cálculo sobre o limite máximo de animais por área. O que chama a atenção é que muitos dos agricultores que acessaram mais de duas vezes o microcrédito rural estavam próximos de tal limite²⁰.

A terra é a condição básica para a reprodução do grupo familiar. Em situações de limitação ao seu acesso, os pequenos produtores lutam para realizar o sonho de ampliar a área (HEREDIA, 1979). A autora mostra como a criação de gado estaria subordinada ao “roçado” na medida em que permitia a ampliação da área de terra e, assim, a ampliação do “roçado”. Há que se sublinhar que, mesmo com algum recurso acumulado, existem limitações no acesso dos agricultores às novas áreas de terra aptas ao desenvolvimento das atividades agrícolas, em uma região marcada pela concentração da propriedade da terra.

Em vários casos analisados, os agricultores relataram “ter comprado um chão” a partir do aumento dos animais. Segundo eles, isso foi possível após o acesso ao financiamento do Pronaf B e a manutenção da reprodução dos animais — em um período de dois anos, tanto os animais tinham aumentado quanto o seu valor monetário.

Normalmente as parcelas do financiamento são pagas com a venda de alguns animais (em geral “as crias”), realizada pouco tempo antes de seu vencimento. No caso da compra de uma área de terra, os agricultores vendem ou trocam os animais no momento mais oportuno para fim de pagamento da terra. A agricultora Amélia relatou que havia

²⁰ Nota-se que a área de terra em uso pelos agricultores varia entre 0,5 e 4 hectares, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

“comprado um chão”, se referindo a uma área de terra que era do irmão dela²¹.

Caracteriza-se compra, nesses termos, o pagamento de R\$ 2.000,00, feito por ela ao irmão — que residia, naquele momento, na cidade de São Paulo. Essa transação é reconhecida no âmbito das relações locais, da família, dos parentes e dos vizinhos, e foi o que fez com que Amélia pudesse — na prática — efetivar o uso da terra e evitar o tramite de papéis. A agricultora disse, ainda, que pretendia usar uma parte da terra para “fazer um roçado”, e que no restante plantaria capim, com o objetivo de ampliar a “criação”.

Outro caso analisado é o da família de Moisés, que naquele momento morava e “fazia o roçado” em uma terra que ele havia comprado do pai. Tratava-se uma área de nove hectares que seu pai deixou para os filhos. Essa terra foi negociada para ser paga em três parcelas, uma por ano, sempre no final do período das chuvas. Na ocasião da entrevista, havia ocorrido o pagamento de uma parcela de R\$ 1.500,00; valor este obtido com a venda de dois garrotes na feira do município²². Esse primeiro pagamento já permitia o uso da terra pelo comprador.

Segundo Moisés, na área seria plantada pastagem, e isso permitiria engordar o gado e, assim, pagar as outras duas parcelas de R\$ 2.000,00, cada uma. Para Moisés, com essa terra ele poderia ampliar a alimentação para os animais e, conseqüentemente, aumentar a

²¹ Sobre o processo de transmissão de patrimônio, a herança, Moura (1979) observou em seu estudo que ele nem sempre envolve a formalização jurídica, seguindo as leis do Código Civil, mostrando que o negócio era muito mais complexo. O caso da “compra de um chão” apresentado guarda relação com a regra de transmissão de patrimônio realizada em transações entre irmãos identificados pela mesma autora.

²² Nesse caso, o termo “feira” está associado ao local onde acontece a compra e venda de produtos e animais.

quantidade de gado. Moisés sugeriu que pretendia viabilizar esse processo acessando novamente o microcrédito, porque para ele a recente experiência com o Pronaf B tinha sido positiva.

Cabe mencionar, ainda, que a “compra de um chão” permitiu que Moisés passasse o terreno (onde se localiza a casa dele) para um irmão — o irmão mais novo, que havia se casado recentemente. Com esse jogo de compra e repasse de terra, ele transferiu praticamente todas as atividades de produção para a nova área, e assim permitiu ao irmão fazer uso do terreno no entorno da casa.

Entende-se, a partir dessa discussão, a relação do microcrédito com o interesse dos agricultores na “compra de um chão”, que se inscreve na lógica da transmissão de patrimônio no âmbito das famílias do agreste pernambucano. A compra é um negócio que não necessariamente inclui uma transação jurídica da propriedade, e isso pode ser verificado em diversos outros casos estudados, cujo negócio também foi realizado com pessoas de fora da família.

Em vários contextos nordestinos, existem casos como esses em que as famílias operaram tanto com a transmissão do patrimônio (herança) como com as transações de áreas de terra sem formalização jurídica. Há que se mencionar, ainda, que mesmo não sendo uma compra formalizada, nos termos da lei, não significa que não haja pagamento monetário pela área adquirida.

5. A terra para criação

Sem dúvida que nesse contexto da pesquisa de campo o elemento de terra para “criar animais” (gado, cabra etc.) é uma condição *sine qua non* para ampliar o rebanho ou adquiri-los. No entanto, nossos dados mostram que mesmo assim muitos agricultores que não têm uma área

de terra tomam financiamento para comprar animais e, também, que eles se utilizam de algumas estratégias para viabilizar o local para manter os animais adquiridos.

Para abrir essa reflexão, é importante retomar o caso do agricultor Moisés, que fez um projeto de financiamento para comprar animais apesar de não dispor de terra para criação. Onde ele manteria os animais? A família dele (pais, irmãos e ele próprio) tinha uma relação antiga com um fazendeiro da região, e para esse “patrão” trabalhavam esporadicamente em atividades de “limpeza de pasto e cuidados com as criações”. Moisés acordou com o fazendeiro e este cedeu uma área para ele colocar as duas novilhas que comprou com o dinheiro do financiamento; em troca, ele assumiu o compromisso de “cuidar do gado do patrão”, trabalhando três dias por semana. Essa relação permitiu, então, que o gado de Moisés se constituísse em uma reserva de dinheiro, experiência nova para ele.

Se considerada somente a relação de trabalho, pode-se dizer que Moisés continua a “trabalhar para um patrão”²³, a dependência e dominação não foram rompidas totalmente²⁴. Todavia, é extremamente importante destacar a sutil diferença que nasce desse processo: antes, Moisés recebia o pagamento pelo seu trabalho em dinheiro, e com a nova situação, ele passa a trocar o trabalho pelo uso da terra, uma vez que necessitava de um local para colocar as novilhas.

Nesses termos, o trabalho se coloca como uma forma de pagamento pelo “uso do pasto”. Há uma conversão dos três dias de

²³ A menção aos “patrões” e ao serviço prestado aos mesmos, trata-se de uma referência a fazendeiros das proximidades aos quais os entrevistados trabalham eventualmente recebendo diárias. Em geral, ainda que os agricultores residissem fora das terras dos mesmos, estavam situados em suas áreas de influência e as relações que mantinham com eles, via de regra, haviam sido construídas ainda por seus pais ou avós.

²⁴ Exame inspirado em Garcia Jr (1983).

trabalho em reserva, isso porque os animais — o gado, em especial — não são utilizados para sobrevivência e manutenção da família no cotidiano, e Moisés pôde trocar três dias de trabalho pelo uso da pastagem. Nesse caso, ele comprou gado por ter, minimamente, suprida sua necessidade diária. Moisés afirmou que antes “dos projetos e da ajuda do governo”, ele tinha que trabalhar nas fazendas muito mais do que hoje para conseguir “completar a feira”²⁵.

No termo utilizado por Moisés, a “ajuda” parece estar relacionada com o programa Bolsa Família — benefício que a família teria começado a acessar em 2006. Nesse contexto, a entrada da “ajuda do governo” retirou o peso de ter que trabalhar mais para “completar a feira”. O trabalho para fora continua sendo realizado, porém, agora, ele está sendo convertido em reserva, através do gado²⁶.

Outro caso é o de Pedro, que também mantinha os animais adquiridos por meio do projeto de financiamento em uma fazenda próxima da sua casa. No momento da entrevista, Pedro estava pagando a última parcela do empréstimo e avaliava a possibilidade de fazê-lo novamente. Ele destacou que tinha interesse, mas que antes deveria conversar com seu “patrão”, visto que já tinha seis animais em uma área cedida na fazenda. O caso evidencia que o “patrão”, por controlar a área de pastagem, acaba por interferir na “criação” de Pedro e, conseqüentemente, sobre o próprio trabalho do agricultor.

Pedro tinha somente um terreno onde estava a sua casa e o curral, e não tinha condições de criar os animais ali. Ele disse que

²⁵Aqui o termo “feira” compreende um cálculo de provisão alimentar necessária para a família em um período de uma semana ou mês. Compreende parte da feira, tanto produtos produzidos, trocados ou adquiridos de diversas formas.

²⁶ Situações nas quais há necessidade de negociar uma área de pastagem para a criação também foram encontradas em outras pesquisas que realizamos em municípios do Ceará e Maranhão. Fica posto um campo de estudo que requer maior profundidade de compreensão das dinâmicas envolvidas.

conseguia plantar somente um pouco de feijão nessa área, e que ainda utilizava 0,5 hectare — alguns quilômetros dali — para plantar milho, numa área cedida pelo sogro. A concentração da terra continua sendo central no Nordeste. A reprodução da agricultura familiar passa, integralmente, pelo acesso à terra. Reformar continua sendo urgente.

6. Gado como meio para melhorar o “roçado”

Até aqui foram identificados aspectos que não retiram a importância do “roçado” na provisão familiar e também como uma das atividades relevantes nas unidades produtivas. Todavia, a participação dos investimentos nas atividades agrícolas corresponde somente a 11% dos financiamentos do microcrédito rural (BNB, 2015). O que poderia explicar tão pequena participação de projetos do microcrédito rural direcionados aos cultivos agrícolas? Por que os agricultores familiares não utilizam financiamento para essa finalidade? Essas questões são muito frequentes entre os técnicos dos bancos e das empresas de assistência técnica.

Afirmar que os projetos do microcrédito rural não têm apoiado a diversificação produtiva pode ser uma avaliação superficial e apressada, que observa somente o conteúdo das planilhas bancárias. Mesmo quando o agricultor faz um “projeto para criação”, isso não significa que o uso do recurso seja utilizado apenas para tal atividade²⁷.

²⁷ O termo “atividade principal” é comumente utilizado por técnicos, agrônomos e agentes dos bancos. O termo pressupõe a hierarquização das atividades desenvolvidas ou produtos produzidos pela unidade de produção, basicamente por dois critérios: a) aquele que gera maior valor bruto produzido com equivalência ao preço de venda; b) aquele que apresenta maior volume de produção. Sob este prisma, as chamadas “atividades principais” teriam as melhores condições para serem apoiadas pelo crédito rural.

Dois dos agricultores entrevistados têm como atividade principal a produção de hortaliças. Ziza tem uma área de 3 hectares, sendo que naquele momento ele utilizava em 2 hectares um pequeno sistema de irrigação para cultivo de cenoura e beterraba. Com o sistema de irrigação eram feitos três ciclos dos produtos, mantendo a “família ocupada durante todo o ano”.

O agricultor não tinha gado até fazer o primeiro projeto de microcrédito rural, em 2005, quando adquiriu uma vaca por R\$ 800,00. Com a “venda da cria”, um ano depois, pagou a primeira parcela do financiamento que, com desconto, foi de R\$ 300,00. No ano seguinte, Ziza finalizou o “pagamento do projeto”, com a segunda cria da vaca (parcela de igual valor). Ainda nesse segundo ano, Ziza vendeu a vaca (investimento do projeto) para “comprar umas coisinhas para a casa, fazer uma roça, e ajudar um filho”. Em seguida, fez um novo projeto, com o qual adquiriu dois garrotes, no valor total de R\$ 1.200,00, sobre o qual ele relatou:

Até veio o cara do Banco aí, e os garrotes que eu tinha estavam tudo grande. Aí eu disse: eu gosto da verdade, e vou logo dizer. Esses bichos aí, tão gordo e grande, só que não tinha pagado a parcela ainda. Disse pra ele: tô pensando em vender esses garrotes e pagar a parcela do projeto antes do prazo e com uma parte do dinheiro comprar uns cano e outras coisas pra plantar cenoura e beterraba. Quero, aí, fazer novo projeto pra mais dois garrotes pequenos (Ziza, Brejo da Madre de Deus, Pernambuco).

No relato da experiência com os projetos, o gado é convertido para outras finalidades, sejam necessidades para a casa e/ou “ajuda ao filho”, seja para “comprar uns canos e outras coisas para plantar”, como afirmou Ziza, e assim melhorar o cultivo de cenoura e beterraba. O projeto — mesmo sendo registrado no banco com a finalidade da

bovinocultura — está sendo apropriado por Ziza como meio para viabilizar e ampliar a produção de hortaliças.

Por um lado, isso evidencia a não segmentação do cálculo do agricultor sob um único produto, conforme registrado nas planilhas, mas, ao contrário, uma operação de cálculo deste tipo leva em consideração todos os produtos e suas inter-relações. Por outro lado, os técnicos tendem a elaborar os projetos para uma ou no máximo duas atividades, geralmente aquelas que predominam na região²⁸. Ademais, o cálculo de Ziza levou em conta o ciclo agrícola dos produtos cultivados por ele. “Pagar antes do prazo”, nesse caso, está relacionado ao “desconto” e à possibilidade de levantar novo dinheiro no momento em que ele estava prestes a iniciar o plantio de beterraba. Para tal, era fundamental investir em “canos, sementes e adubo”. No entanto, o modelo de cálculo bancário ainda se baseia em financiamentos voltados para um produto.

Quando Ziza afirmou que vai “dizer a verdade para o cara do banco”, ele estava se defendendo da racionalidade bancária, que exigiria dele tanto a presença dos animais adquiridos com o dinheiro do financiamento quanto o êxito do projeto pelo aumento da produtividade do produto financiado. Ziza tentou convencer o agente bancário que com o seu cálculo ele “irá ganhar dinheiro”, e, desta forma, “com a verdade”, fazer com que o assessor bancário não inscreva seu caso como desvio de crédito — já que os animais adquiridos foram vendidos para fins de aplicação do dinheiro em outra atividade.

²⁸ As normas do Pronaf determinam que conste no projeto aquilo que efetivamente vai ser executado, incluindo todos os produtos e práticas produtivas. Porém nossos dados indicam a tendência dos técnicos em elaborar projetos voltados para atividades predominantes na região, de acordo com os estudos de mercado elaborados pelos bancos, pois possuem mais chances de ser aprovados.

Importante observar, ainda, que o funcionário do banco, trata-se de um assessor de crédito, um técnico agrícola que atuava no município já há alguns anos. Ele, mesmo dentro da lógica bancária, parece compreender a estratégia do agricultor e partilha da possibilidade de “ganhar dinheiro”. Esse tipo de entendimento sugere que, mesmo em meio a normas e procedimentos institucionais, pode haver muitas variações que resultam em diferentes formas de operacionalizar uma mesma política e que nos abrem possibilidades de novos estudos para entender, de fato, como são realizadas as práticas dos mediadores do crédito rural.

O caso de João, agricultor de Brejo da Madre de Deus, também é emblemático. Ele fez um projeto em 2006, quando comprou dois garrotes por R\$ 400,00 cada um. O projeto foi pago em 2008, em uma única parcela, com a venda de um dos animais, no valor de R\$ 700,00. No mesmo ano, ele fez novo projeto, no valor total de R\$ 1.600,00, para comprar mais dois garrotes. João tem 40 anos e é solteiro. Na maior parte do tempo ele trabalha em uma pequena marcenaria que herdou do pai. Nela, sem a ajuda de outros, ele fabrica cadeiras, mesas e armários, além de cangas, carroças e outras peças, mediante encomenda.

João não tem terra própria e também não faz “roçado”. Os animais adquiridos ficavam na terra do irmão. Segundo ele, não há pagamento em dinheiro ao irmão, mas às vezes “ele ajuda em algum serviço”, ou “não cobra quando o irmão precisa de algum objeto da marcenaria”. Ao entrar na marcenaria, observa-se que havia algumas máquinas novas, e indaga-se sobre elas. João havia vendido o segundo garrote, do primeiro projeto, por R\$ 900,00, e utilizou parte do segundo projeto (cerca de R\$ 300,00) para comprar as máquinas. O uso de parte do segundo projeto foi possível porque ele gastou R\$ 1.300,00 do total financiado.

Cabe mencionar que no início da entrevista com João, ele ficou receoso de detalhar o negócio que tinha feito com o dinheiro do financiamento. Por que ele não financiou diretamente os equipamentos da marcenaria? Respondendo ao questionamento, disse que achava “mais seguro fazer o projeto para o gado”. Nos termos dele, a segurança está relacionada com a possibilidade de não se endividar. A marcenaria, segundo ele: “dava para viver, mas a coisa não era tão certa. Tem meses que têm muita coisa para fazer. Mas na época da seca, fica mais difícil, além do mais o dinheiro entra pouco a pouco”.

Assim, considera que a contração de uma dívida do financiamento requeria a formação de uma reserva para quitá-lo. Isto está implícito na lógica dos agricultores. O gado se constituiu, para ele, em estratégia para formar essa reserva. Percebe-se, também, que o “projeto do gado” permitiu tanto o pagamento da dívida do financiamento, ao banco, como possibilitou realizar investimentos na marcenaria. Para João, se o projeto fosse feito diretamente para comprar máquinas, haveria muita chance de “dar errado”, já que há incertezas quanto às vendas da marcenaria.

A mesma situação, sob um olhar de um agente bancário, facilmente enquadraria João por desvio de finalidade de parte do segundo financiamento — considerando que a compra de máquinas não estava inscrita na planilha do projeto. Além disso, afirmaria que mesmo que o projeto considerasse a compra de máquinas seria tecnicamente inviável, já que o agricultor não está reinvestindo parte do lucro na própria atividade do gado, de modo a ampliar o número de animais, formar mais áreas de pasto ou ainda adquirir matrizes, conforme sugere a lógica bancária e o modelo de desenvolvimento dominante.

7. Os projetos para suinocultura e avicultura

O sonho dos agricultores participantes do estudo é “comprar um chão” a partir do lucro obtido com a criação de gado. Se, por um lado, a “criação” tem como objetivo implícito a possibilidade concreta da “compra de um chão”, por outro, há situações que fazem o agricultor reavaliar o processo que leva a esse objetivo e, até, vender os animais antes da hora. Também houve casos em que os agricultores tiveram que vender os animais para “ajudar na feira” da semana. Situações como essas ocorreram, especialmente, quando os produtos obtidos no “roçado” foram insuficientes para a provisão familiar.

No que se refere às famílias do agreste pernambucano, isso estava ocorrendo em 2009, momento em que a pesquisa se realizava, devido às fortes chuvas que caíam na região. As enxurradas daquele ano reduziram drasticamente a produção nos “roçados”, o que implicou queda da produção de subsistência, impactando todo o cálculo de suprimento dos membros da família (e animais) durante todo aquele ano agrícola. Os animais (da reserva) assumiram outro papel no cálculo das famílias, e entraram como meio de equilibrar as contas.

A diferença que tem marcado os projetos de suinocultura e avicultura em relação à bovinocultura está associada à necessidade de área de terra e à disponibilidade de água. Porcos e galinhas são criados fechados, em pouca área de terra, todavia, necessitam de produtos agrícolas como grãos para ração ou forragem. Em todos os vinte e cinco casos analisados, a criação de galinha e porco esteve presente como elemento básico para a provisão alimentar de casa. Evidentemente, a quantidade de animais estava de acordo, em equilíbrio, com a produção do “roçado”, ou seja, uma parte do que é produzido no “roçado” (como o milho, a mandioca etc.) — além de frutas não consumidas pela família — era destinada ao consumo dos animais. Parece evidente também, que

a forma como os agricultores buscaram suprir a necessidade alimentar dos animais estava em conformidade com o que eles produziam.

Os projetos de financiamento para suinocultura e avicultura também estão entre os números oficiais, muito embora o número seja bem inferior aos da bovinocultura e caprinocultura. Raimundo, por exemplo, relatou que fez um projeto em 2007 para criação de porcos no valor de R\$ 1.380,00, e foram comprados quatro animais no valor de R\$ 100,00 cada um. Ele usou R\$ 400,00 na compra dos animais, além das despesas com a construção de uma pequena pocilga e mantimentos para os animais — como a ração. Segundo ele, alguns meses depois foi possível abater os quatro animais e vender para os vizinhos, ganhando com a venda R\$ 1.200,00. Com o dinheiro, ele comprou mais seis outros porcos e uma porca, que também foram abatidos e vendidos em seguida, o que permitiu que pagasse todo o financiamento com apenas dois deles. Com o que sobrou do dinheiro, Raimundo comprou uma motocicleta, que para ele era primordial para dar prosseguimento ao negócio²⁹:

Agora com essa motinho aí, faço a feira, levo a carne na porta de quem encomendou, busco ração na cidade, consigo buscar — a cada dois dias — um resto de soro de leite da indústria, ali em baixo. Mudou muito. Aí vou matando os bichos, quando os que tão aqui não dá, aí eu compro fora. Assim paguei as prestações do segundo projeto, e quero pegar outro (Raimundo, Águas Belas, Pernambuco).

Ter a motocicleta foi fundamental para a continuidade ao empreendimento, já que foi com ela que o agricultor viabilizou a sua “criação”. Ela também significou autonomia no negócio, não dependendo de outros para se locomover. Paralelamente, ela também é um objeto

²⁹ A análise sobre o “negócio” é inspirada nas formulações de Garcia Jr. (1989).

que parece indicar melhoria das condições de vida. Segundo os agricultores, “mexer com porco” tem suas vantagens: o ciclo é mais curto que o do gado, e não se depende da terra dos outros para “botar o roçado”³⁰. A engorda de leitões, por exemplo, se dá em um período de, no máximo, cem dias. Com a venda dos animais, compra-se um novo lote de leitões e algumas sacas de ração para a alimentação, até fechar outro ciclo. De acordo com Raimundo, o projeto modificou sua vida, pois não tinha nenhuma área de terra, e antes ganhava a vida trabalhando de “alugado”³⁰:

Vou dizer uma coisa, antes era feio, era só trabalhar de *alugado* pra cá e pra lá, depois desse empréstimo, eu mesmo enriquei. Mudou tudo, o dinheiro do empréstimo é pouco, mas sabendo administrar vai embora (Raimundo, Águas Belas, Pernambuco).

O acesso ao projeto de financiamento representou uma mudança significativa na vida de Raimundo e, acima de tudo, por ter permitido que ele — praticamente — tivesse deixado de trabalhar de “alugado” para, então, “cuidar das suas coisas”, ou seja, a criação e o abate de porcos.

O “projeto para porco” também foi importante na vida de Valdir que comprou seis leitões e materiais para construir uma “encerra”³¹. Ele comentou que sempre gostou muito dessa atividade, mas nunca teve condições de criar, porque não tinha os animais nem local para isso. Segundo ele, nos anos anteriores, na época da chuva, “ele pegava alguma terra e botava um roçado de milho e feijão”, mas quando soube da existência do financiamento, apostou na atividade. Conseguiu um pequeno espaço de terra, nos fundos de um terreno da vizinha dele, para

³⁰ A categoria *alugado* foi identificada e analisada por Garcia Jr. (1983; 1989).

³¹ Pequena área cercada visando à contenção de determinado número de animais. Geralmente feita de troncos médios de árvores da caatinga.

construir a encerra e, em troca da área cedida, ele oferece um leitão para ela a cada Natal.

O projeto de Valdir também previu a compra de ração para os animais, já que para ele o “roçado dá muita correria”. Antes de se aposentar, “aposentado de carteira”, como disse ele, “fazia um roçado aqui e ali, mas mexer com porco é mais fácil, mais perto de casa”, e se trata de uma atividade que ele pode fazer sozinho.

Há dois pontos em comum nos casos de Raimundo e Valdir: ao longo da vida, ambos trabalharam para outros agricultores da região, e hoje, com mais de 50 anos, relatam a dificuldade de conseguir trabalho por conta da idade. No caso de Raimundo, ele ainda não é aposentado, o que espera que agora aconteça com o reconhecimento da condição de agricultor familiar. Para ele, ser reconhecido como agricultor familiar é ter acesso à aposentadoria rural. Outro ponto comum é que o projeto permitiu o fortalecimento da condição de “trabalhar para si mesmo” em relação ao trabalho de “alugado”³².

Ainda em Brejo da Madre de Deus, o agricultor Francisco relatou a sua experiência com o “projeto do Pronaf”. Ele demarcou dois momentos importantes: o primeiro, referente ao projeto inicial, em 2006, que foi feito para comprar três garrotes, no valor de R\$ 1.000,00, para pagamento em parcela única, 24 meses depois. Ele narrou que vendeu os animais depois de 18 meses e que restaram R\$ 600,00. Em seguida, ele quis fazer outro “projeto para gado”, porém os técnicos sugeriam, com ênfase, que seria melhor um projeto para criação de galinhas. Ele contou que ficou receoso, mas que aceitou, com medo “de perder o projeto”. O novo projeto, então, foi feito para comprar 50 pintinhos, ração e alguns equipamentos. Dessa experiência, ele descreveu:

³² Garcia Jr (1989) tratou disso quando discutiu as categorias *sujeitos e libertos*.

Porque galinha dá despesa, a ração é cara. E depois metade morreu com o inverno, do que saiu, comprei ração de novo, mas a coisa não girou mais (Francisco, Brejo da Madre de Deus, Pernambuco).

A criação de galinhas implicou dois problemas estruturais: o primeiro, em relação à dependência da ração comprada, despesa que ele não tinha com o “projeto de gado”; o segundo, a morte de parte dos pintinhos. Francisco não teve condições de pagar as parcelas do financiamento porque o projeto não foi bem-sucedido, e obrigou-se a renegociar com o banco. Outra dificuldade foi o fato de Francisco — para continuar lidando com as aves — ter que vender parte do feijão e de farinha produzida no “roçado” para comprar a ração. “Os caras me enganaram”, afirma ele, se referindo aos técnicos que o motivaram a fazer o projeto para aves.

Francisco avalia que a sua experiência no projeto de aves também tem a ver com uma dimensão de segurança, do tipo de “criação”. O gado e as cabras constituem-se, eles próprios, uma forma de pagar a dívida do financiamento. Já as aves não têm esse potencial. O fato de depender da ração comprada gerou uma instabilidade na economia da própria família, uma vez que ele teve que retirar parte do estoque de farinha e do feijão — que estavam destinados à provisão familiar — para alimentar os animais e tentar salvar o que ainda estava lá. Nesse caso, o projeto desestabilizou o cálculo da família gerando, em alguma medida, um risco ao seu provimento. Essa situação não havia ocorrido com o “projeto de gado”, já que ele dispunha de área de pastagem para os animais, além de não depender da compra de ração na feira.

8. A criação e o pagamento da dívida

A venda dos animais do “projeto de criação” — em especial do gado —, conforme mostraram os dados, tem permitido que o agricultor obtenha um valor monetário com certa rapidez: “o gado está ali, quando quero fazer alguma coisa, eu vou e vendo, e tenho uma quantia de dinheiro na hora”.

No caso de Ziza, a renda da venda da cenoura e da beterraba era obtida semanalmente, quando entregava os produtos na feira local. O dinheiro foi usado na alimentação da família e/ou para atender a outras necessidades, não somente associadas à alimentação, mas também a roupas, remédios, material escolar, pagamento de energia e despesas com a própria produção agrícola, como a compra de combustível, ferramentas e outros. E foi assim que o dinheiro da venda da beterraba e da cenoura foi empregado, de modo a não formar reserva.

Tanto no caso de Ziza como dos outros agricultores houve menção à venda de animais para o pagamento das parcelas do financiamento. As parcelas foram consideradas dívidas e demandaram um valor monetário que só pode ser obtido a partir da reserva acumulada na forma de “criação”.

Um analista bancário mais exigente poderia insistir na ideia de que o agricultor deveria economizar um pouco do valor monetário da venda dos produtos do “roçado”, feita semanalmente, para que, depois de vários meses, ele dispusesse da quantidade de dinheiro necessária para o pagamento da dívida. No entanto, essa análise não considera a complexidade do cálculo, como analisado anteriormente. Em última instância, reservar parte do valor obtido na venda semanal, ou ainda parte das diárias obtidas do trabalho para fora, pode significar o comprometimento da provisão do grupo familiar.

Assim, há que se considerar que se trata de uma forma de reserva a ser feita em dinheiro, e isso nos remete a pensar na relação

que os agricultores estabelecem com ele. Alguns estudos têm mostrado que o elemento dinheiro tem aparecido como central, justamente pela sua múltipla conotação e, às vezes, como sinônimo de negativo — exatamente porque ele pode ser facilmente utilizado. Em dezenove dos vinte e cinco casos estudados, o pagamento das parcelas do financiamento foi feito com a venda de animais da criação, seja o gado, os porcos ou as cabras. Os demais casos também são interessantes, uma vez que em quatro deles o financiamento foi pago com o salário da aposentadoria rural.

Por conseguinte, a criação se constituiu em um elemento de segurança tão forte, que os próprios agentes bancários e os técnicos agrícolas que trabalham com o Pronaf — preocupados com a adimplência dos financiamentos — têm certa preferência em apoiar os “projetos de criação”, preterindo outros tipos de produto agrícola — ao mesmo tempo que os próprios agricultores se interessam em pagar em dia a dívida para poder tomá-lo novamente, e o gado possibilita essa liquidez. Destacam-se alguns dos pontos mais recorrentes quando o tema é o pagamento do financiamento:

(1) Interesse em “fazer um novo projeto”: Para que possam conseguir um novo empréstimo, os agricultores compreendem a importância de pagar dentro do prazo. Trata-se de uma condição para que um “novo projeto” possa ser feito. Sobretudo, a experiência considerada positiva com o projeto, seja do próprio agricultor, ou de alguém da família ou vizinhança, motiva tal atitude. A agricultora Wanderléia, por exemplo, relatou que “já fez três projetos”, sempre para a compra de animais. No primeiro empréstimo, em 2005, ela comprou oito cabras e um reprodutor, no valor de R\$ 1.000,00. Para pagar as parcelas, ela vendeu quatro cabras já adultas, mas não diminuiu o número de animais, já que estas haviam reproduzido. As outras quatro

foram vendidas nesse mesmo período, e o dinheiro utilizado para ajudar na feira semanal e para comprar um aparelho de som. O segundo projeto de Wanderléia também foi para cabras, num total de seis, além de “outras coisas”, totalizando R\$ 1.200,00, como contou ela. O pagamento das parcelas também foi feito com a venda de algumas das cabras. E o terceiro financiamento, no valor de R\$ 1.500,00, destinou-se à compra de uma vaca e uma novilha. A agricultora disse que iria “pagar o empréstimo vendendo as crias”. Como as parcelas são anuais, e em média nasce uma cria por ano, serão quatro crias que permitirão que Wanderléia pague o empréstimo, ficando ainda com as duas vacas por mais tempo. Naquele momento, ela tinha 16 cabras e duas vacas, e estava sem dívida no banco. A intenção da agricultora era fazer o mesmo que a irmã dela fez — ou seja, vender uma parte da “criação” e “comprar um chão” —, já que, naquela ocasião, ela “fazia roçado no terreno do pai”.

(2) O pagamento das parcelas do financiamento no prazo previsto dá acesso ao bônus de 25%. O microcrédito rural possui um bônus de adimplência que incide sobre a parcela paga em dia, conhecido entre os agricultores como “desconto”. Arnaldo disse: “paguei em dia, aí a conta deu menos porque teve o desconto. Deu quase duzentos de desconto quando fui pagar”. Se não pagar em dia, o agricultor sabe que ele perde o bônus e para isso se organiza das mais diversas formas e vai lançando mão de estratégias que nem sempre são compreendidas pelos agentes bancários.

(3) A preocupação em não ter o “nome sujo”: O nome tem peso estratégico. Estudos têm mostrado que o “nome sujo” não é associado apenas ao indivíduo, mas a uma coletividade, aos parentes e à família. A reputação de um nome se constrói no cotidiano das relações de reciprocidade. De alguma maneira, o sistema jurídico também preza por

relação de reciprocidade, que não é meramente um cálculo inscrito em planilhas bancárias. O não pagamento da parcela não só é um impeditivo para se pegar novos financiamentos, como também “suja o histórico” de relação estabelecida com o banco. A dívida não paga, a depender do contexto, é ponderada pelos membros da comunidade e pode acarretar a restrição em outras formas de troca (de relações de reciprocidade), nos negócios da família e nas relações de trabalho.

Compreendendo a importância e as implicações de “não ficar devendo ao banco”, por vezes, o pagamento da dívida pode provocar um desequilíbrio no cálculo econômico. O agricultor pode se desfazer de produtos e criações que seriam importantes para a provisão do grupo familiar durante o ano agrícola. Essa decisão pode ser tomada porque o agricultor percebe que o “nome sujo” no banco pode restringir não somente os futuros empréstimos, como pode também afetar outras formas de reciprocidade presente nas relações com vizinhos, parentes, comerciantes etc. Ficar com o “nome sujo” paira como forma de coerção moral entre aqueles que não cumpriram com a sua obrigação contratual com o banco, e também é reforçada pelos mediadores do crédito rural. Os elementos implícitos a essa relação podem ser objetos de outros estudos.

Se, por um lado, têm-se esses pontos, por outro, há um número significativo de agricultores que ficaram devendo aos bancos. Aqui se abre outro campo de análise no qual seria pertinente dispor de informações, especialmente, quanto à operacionalização do crédito, e implica observar o papel dos mediadores, as normas oficiais, as diferentes percepções e as forças em jogo. Contudo, a seguir, destacamos somente alguns pontos sobre casos de agricultores inadimplentes.

Maria Lúcia relatou que fez um “projeto para vaca”, em 2007. Ela afirmou que não foi bem no projeto porque a vaca que comprou “era

ruim”, e isso fez com que ela precisasse trocá-la por outro animal, de menor valor, alguns meses depois. Essa vaca foi adquirida de um fazendeiro criador de gado da região, cuja família dela mantinha relação desde a época em que o avô era morador na terra do fazendeiro. O animal custou R\$ 900,00. Nos meses seguintes, ela trocou a vaca por uma novilha, que, segundo ela, valia R\$ 300,00, ou seja, ela perdeu dinheiro no negócio. Sem a vaca, ela não obteve as crias com as quais poderia pagar o banco.³³

A agricultora disse que na família dela, o filho, a filha e o pai haviam feito “projetos para vaca” nessa mesma ocasião. “Fizemos com o Maurício, parece que ele não tá mais aqui no município”. Como os projetos, em geral, não foram bem-sucedidos, eles não pagaram o banco. Conversamos com essas pessoas e, em nenhum momento, elas manifestaram alguma preocupação com o “nome sujo” ou com a suposta dívida no banco. O que percebemos é que, na percepção deles, a parcela não paga não está sendo entendida como uma dívida, e menos ainda um fato que afetasse o nome da família. Com essa pista, e a partir de outros dados, entendemos um pouco o significado dos projetos para a família da Maria Lúcia.

Na oferta dos projetos feita por Maurício (o projetista), falava-se de “um dinheiro que veio de Lula”. A informação sobre o projeto do Pronaf que eles passaram a ter não foi a que constava nos termos do crédito rural, mas como “um projeto para ajudar os agricultores, que veio de Lula”, como afirmou um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. O próprio fazendeiro que vendeu gado para os projetos, dizia: “Isso não precisa pagar”. E então, mesmo

³³ Nesse caso, “um projetista” procurou as famílias oferecendo “um projeto para vaca”, e já indicando onde poderiam comprar os animais. Foram vários os relatos “dos bichos ruins que vieram dessa fazenda”.

sabendo que havia parcelas não pagas no banco, não considerava aquilo uma dívida. Aguardava-se o “perdão de Lula”, também prometido por outros políticos locais como o fazendeiro que havia vendido os “bichos ruins”.

O caso do filho de Maria Lúcia deixa isso mais claro. Ele fez o financiamento do Pronaf, no valor de R\$ 6.000,00, para comprar gado, mas usou R\$ 2.000,00 deste total para “comprar um chão”, uma área de 2 hectares. O filho de Maria Lúcia não só entendia que o projeto não era uma dívida, como também que o “projeto que veio de Lula” é que lhe permitiu “ter um pedaço de chão”.

A partir disso, pode-se afirmar que “os projetos”, ou seja, o financiamento do microcrédito rural foi apropriado a partir das relações sociais contextualizadas. Era comum ouvir que o Pronaf era um “projeto para vaca” ou “projetos para criação”. No mesmo sentido, constatou-se que a informação que circulou entre os agricultores é a de que os projetos se destinavam somente a esta finalidade. Eles não sabiam que era possível financiar outros produtos, e quando indagaram, a resposta foi negativa.

Tradicionalmente, os agricultores do agreste se interessam pela criação de animais, mesmo antes do Pronaf, especialmente a de gado³⁴. O gado tem uma história no agreste pernambucano, inclusive no que tange à reprodução familiar. Nas práticas bancárias, os procedimentos técnicos, os produtos agrícolas e as criações também são classificados segundo o que chamam de “análise de risco”, na qual se observa os fatores que podem gerar ou não o pagamento de um financiamento. Em

³⁴ Garcia Jr (1989, p. 137) indica em seu estudo sobre o agreste paraibano: “é muito conhecido que nas carteiras agrícolas dos bancos os agricultores têm no gado o meio principal de pagar os empréstimos realizados (...)”.

geral, os produtos classificados como de menor risco são exatamente aqueles que têm predominância em determinada área de abrangência.

Essa mesma base é incorporada pelos técnicos que fazem os projetos de financiamento, pelos assessores de crédito e dirigentes sindicais que partilham desse mesmo código. Nesse contexto, as relações de dominação e de práticas de negócios existentes, por vezes, se utilizam do microcrédito rural e são fortemente questionadas.

9. Considerações Finais

O antigo debate sobre como os grupos marginais se constituem como agentes econômicos e sociais no contexto nacional (GARCIA Jr.; HEREDIA, 2009) tem sido atualizado por meio de discussões sobre políticas públicas voltadas para o enfrentamento da pobreza rural, como demonstramos no caso do microcrédito rural, assim como nos processos de construção e reconhecimento de novas categorias que emergem no meio rural e demandam políticas públicas.

A análise da apropriação do microcrédito rural foi uma tentativa de mostrar como a análise antropológica pode contribuir para a avaliação qualitativa das políticas públicas, ao colocar em evidência efeitos menos visíveis que, em geral, não são apreendidos pelos métodos tradicionais de análise. Assim, estamos de acordo com Dufy e Weber (2007), que apontam a importância da etnografia econômica, na atualidade, para analisar as práticas econômicas e transcender os limites da própria antropologia, dialogando com economistas, bem como, nessa temática, com outros agentes que trabalham com desenvolvimento rural.

Ao longo do artigo tentou-se evidenciar que determinados efeitos do microcrédito rural vão muito além do elemento renda monetária

mensurável. Essa abordagem permitiu observar os efeitos desta política pública pensada num sentido mais amplo, para além do que pode ser apurado pelas estatísticas. Observa-se que a operacionalização do microcrédito se torna o encontro da heterogeneidade das formas de perceber a produção agropecuária, de calcular e lidar com os diversos recursos. Por meio da observação das relações sociais e econômicas, que modulam o contexto das famílias beneficiárias, é que se pode entender como a política pública em questão se inscreve e é apropriada pelos agricultores.

A análise demonstrou que os agricultores familiares, em meio às suas condições de possibilidade limitadas e incertas, faziam circular os recursos do financiamento entre várias atividades produtivas, entre os membros da família, sobretudo, tentando controlar o cálculo econômico demarcando, em seus próprios termos, as dimensões da unidade de produção e consumo. Assim, a reflexão sobre o aprimoramento do microcrédito rural parece indicar mais um repensar os instrumentos de concessão e de operacionalização do crédito rural de modo a: (i) considerar a unidade social — a família com suas variações — como unidade de intervenção e não uma ou outra atividade produtiva em especial; e (ii) reconhecer a dinâmica das economias domésticas, permitindo o uso diverso dos recursos nestas economias, garantido ao agricultor mais flexibilidade no emprego dos recursos.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**, Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

ALVES, Eliseu; ROCHA, Daniela. Ganhar tempo é possível? **Textos para Discussão Nº 8**, FGV, dez 2010.

BASTOS, Fernando. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo (SP): Polis Ltda., 2006.

BNB – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatórios e Resultados do Programa Agroamigo**. 2015. Disponível em <<http://www.bnb.gov.br/relatorios-e-resultados2>>. Acesso em 25 mar 2015.

BOURDIEU, Pierre. *Argélie 60: structures économiques et structures temporelles*, Paris Les Éditions de Minuit, 1977.

BOURDIEU, Pierre, “*Le champ économique*”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 119, set 1997. p. 48-66.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**, Rio de Janeiro, Vozes, 2009.

CARON, Patrick; SABOURIN Eric. **Camponeses do Sertão: mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**, Brasília: Embrapa, 2003.

CENTRO DE GESTÃO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília, CGEE, 2013.

DEL GROSSI, Mauro. **Tabulação de dados renda monetária na agricultura familiar a partir de dados do Censo Agropecuário, 2006**, Brasília: MDA, 2010.

DEL GROSSI, Mauro. “Pobreza e extrema pobreza no Brasil Rural”, In: IICA. **A Nova Cara da Pobreza Rural, desafio para as políticas públicas**, Série Desenvolvimento Rural, 2012. p. 319-335

DESCONSI, Cristiano. “Análise qualitativa das estratégias econômicas presentes em unidades familiares beneficiárias do Microcrédito Rural (Pronaf)”. **Relatório de Consultoria**. Brasília/MDA, 2012.

DUFY, Caroline; WEBER, Florence. *L’ethnographie économique*. Collection Repères, La Découverte, Paris, 2007.

GARCIA Jr., Afrânio. **Terra de trabalho: trabalho familiar e pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **O Sul o caminho do roçado: estratégia de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; UnB, CNPq, 1989.

GARCIA Jr., Afrânio; HEREDIA, Beatriz. A. “Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil”. In: GODOI Emília P.; MENEZES, Marilda; MARIN, Rosa A. **Diversidade do Campesinato:**

expressões e categorias. São Paulo: EdUnesp, Brasília: Nead, 2009. p. 213-244

GARCIA-PARPET, Marie-France. “Mercado e modos de dominação: a feira e as relações de trabalhadores na *plantation* açucareira nordestina”. In: NEVES Delma P.; MORAES SILVA, Maria. (orgs); **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil; formas tuteladas de condição camponesa**. Vol. I, São Paulo, EdUnesp, Brasília, NEAD, 2008. p. 69-87

GODELIER, Maurice. “*Objets e méthodes et l’anthropologie économique*”, In: **L’home**, Tomo 5, nº 2, 1965. p. 32-91

HEREDIA, Beatriz. A. **A morada da vida: trabalho familiar e pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MENDONÇA, Letícia. “Transformando burocracias para financiar os mais pobres: a evolução do Pronaf Crédito Grupo B” In: **Revista do Serviço Público**, Brasília. Enap: nº 59, vol. 2, 2008. p. 187-220

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Banco de Dados do Pronaf**. Brasília: MDA, 2013.

MOURA, Margarida. M. **Os herdeiros da terra**. São Paulo, Hucitec, 1979.

POLANYI, Karl. “*The Economy as an Instituted Process*”. In: POLANYI, Karl et al. ***Trade and Market in the Early Empires***. New York, The Free Press, 1957. p. 239-157

WANDERLEY, Maria. N. ***L’agriculture familiale***. Paris, L’Harmatta, 1994.

WEBER, Florence. “Práticas econômicas e formas ordinárias de cálculo”. Rio de Janeiro, MN/UFRJ, **Revista Mana** 8 (2), 2002. p. 151-182